

## OS DESAFIOS DAS MULHERES NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO NORTE FLUMINENSE

Adriana Corrêa Silva Porto<sup>1</sup>

Cassiano Ferreira Simões<sup>2</sup>

Christiane Reis Milagres<sup>3</sup>

Ian Lima Neves<sup>4</sup>

Laíne de Carvalho Pessanha<sup>5</sup>

Marcello Riella Benites<sup>6</sup>

Victória Guerra Fernandes<sup>7</sup>

### RESUMO

Análise da representação feminina em cargos públicos eletivos na região Norte Fluminense (RJ). As interrelações entre feminismo, poder e política e seus desdobramentos nos processos eleitorais. Levantamento de dados e estudo comparativo do índice de participação de mulheres na política, pós-eleições de 2016 e 2020, nas nove cidades que compõem a região Norte do estado do Rio de Janeiro e, também, na capital deste. Verificação das possíveis causas da desigualdade de gêneros no ambiente político e das consequências da baixa representatividade feminina no que se refere às políticas públicas (ou falta delas) para segmentos específicos da sociedade, ao impacto na vida cotidiana dos cidadãos e ao atraso do grau de desenvolvimento do Brasil.

**Palavras-chave:** mulheres; feminismo; política; Norte Fluminense; Rio de Janeiro.

### ABSTRACT

The article intends to analyze the female representation in elective public positions at North region of Rio de Janeiro State and the multiple relationships between feminism, power and politics and their consequences to electoral processes with a comparative study of women participation rate of 2016 and 2020 elections. The study contemplates the nine cities that comprises the northern region of the state of Rio de Janeiro, as well as the capital by a analysis of possible causes of gender inequality in political environment and the consequences of a low female representation with regard to public policies for a specific social segments, the impact at the citizens daily life and the recurrent delay in the Brazilian development.

**Keywords:** women; feminism; politics; Norte Fluminense; Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Católica Salesiana, Avenida Santos Moreira, 445, Miramar, Macaé (RJ), [acporto@ymail.com](mailto:acporto@ymail.com).

<sup>2</sup> Coordenador dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Católica Salesiana, Avenida Santos Moreira, 445, Miramar, Macaé (RJ), [cassianosim@ymail.com](mailto:cassianosim@ymail.com).

<sup>3</sup> Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Católica Salesiana, Avenida Santos Moreira, 445, Miramar, Macaé (RJ), [chrismilagres@gmail.com](mailto:chrismilagres@gmail.com).

<sup>4</sup> Aluno PIBIC do curso de Jornalismo da Faculdade Católica Salesiana, Avenida Santos Moreira, 445, Miramar, Macaé (RJ), [ian.neves01@gmail.com](mailto:ian.neves01@gmail.com).

<sup>5</sup> Aluna PIBIC do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Católica Salesiana, Avenida Santos Moreira, 445, Miramar, Macaé (RJ), [laineCARPE@gmail.com](mailto:laineCARPE@gmail.com).

<sup>6</sup> Jornalista, mestre e doutorando em Cognição e Linguagem (PGCL/Uenf). Avenida Antônio Abreu, 1805, Horto, Macaé (RJ), [marcellobenites@hotmail.com](mailto:marcellobenites@hotmail.com).

<sup>7</sup> Aluna PIBIC do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Católica Salesiana, Avenida Santos Moreira, 445, Miramar, Macaé (RJ), [victoriaguerra2001@yahoo.com.br](mailto:victoriaguerra2001@yahoo.com.br).

## INTRODUÇÃO

Diante dos preconceitos que atravessam o universo feminino e se materializam das mais diversas formas, estudar a questão de gênero com o intuito de propor ações para uma sociedade mais equânime nos parece não apenas justo e razoável, mas necessário. Desigualdade salarial, exclusão de alguns ambientes e postos profissionais, restrição de acesso à saúde, à educação e à ascensão social são apenas alguns dos inúmeros obstáculos enfrentados cotidianamente por mulheres no Brasil e no mundo (SABINO; LIMA, 2015). Acreditamos que o entendimento de como essas forças operam seja fundamental para desmantelá-las, a fim de que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades.

Quando voltamos nossa atenção para o Brasil, percebemos um contexto em que as mulheres são maioria da população<sup>8</sup> e dos eleitores<sup>9</sup>, possuem níveis educacionais mais elevados, maior expectativa de vida e estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho. Ainda assim, a sua representatividade na política está entre as menores da América Latina e do globo, não alcançando sequer a cota mínima de 30% de mulheres nos cargos eletivos. De acordo com a Lei Eleitoral 9.504/1997, o total de candidatos registrados por um partido ou coligação deve ser de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% de candidatos de cada gênero.

Para termos uma ideia mais clara a esse respeito, enquanto a média latino-americana de paridade de gênero na política é de 26%<sup>10</sup>, no Brasil não passa de 15,2%.<sup>11</sup> Dentre os países da América Latina, estamos à frente apenas de Belize (169<sup>a</sup>) e Haiti (186<sup>a</sup>) no ranking de mulheres nos parlamentos nacionais. No cenário mundial também ocupamos as últimas posições no ranking de mulheres na política. Em um universo de 196 países, o Brasil está posicionado em 157º lugar.<sup>12</sup> Quando observamos os cargos do Executivo a situação é ainda mais grave. Tanto nas eleições de 2014 quanto nas de 2018 tivemos apenas uma mulher eleita

---

<sup>8</sup>Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013, o Brasil possui 103,5 milhões de mulheres, o equivalente a 51,4% da população. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

<sup>9</sup> O número de eleitoras do sexo feminino é 13,49% maior que os eleitores do sexo masculino, também de acordo com o IBGE. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

<sup>10</sup> Fonte: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4878348-luta-por-espaco-no-poder.html/>>. Acesso em: 08 out. 2021.

<sup>11</sup> Fonte: <<https://www.camara.leg.br/noticias/766271-mulheres-defendem-paridade-e-culpam-partidos-por-desigualdade-nas-eleicoes/>>. Acesso em: 08 out. 2021.

<sup>12</sup> Fonte: Andes. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/informANDES-participacao-feminina-na-politica-cresce-mas-ainda-e-timida-e-insuficiente1/>>. Acesso em: 08 out. 2021.

governadora – Suely Campos (PP) no estado de Roraima (RR), em 2014, e Fátima Bezerra no Rio Grande do Norte (RN), em 2018 - cabendo às mulheres apenas 3,7% desses cargos.

Para entendermos o motivo de tamanha disparidade entre homens e mulheres no exercício do poder, recorreremos a uma pesquisa bibliográfica que nos guiou na proposta de mapear a região do Norte Fluminense, no interior do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo é fazer um diagnóstico da equidade de gênero e representatividade política nos nove municípios que a compõem<sup>13</sup>: Macaé, Conceição de Macabu, Carapebus, Quissamã, São João da Barra, Bom Francisco de Itabapoana, Cardoso Moreira, São Fidélis e Campos dos Goytacazes – esta última a mais populosa do interior do estado e com forte influência nos municípios circunvizinhos. Com a utilização de dados primários e secundários, coletamos informações sobre o quantitativo de mulheres no Legislativo e no Executivo em cada uma dessas cidades nas duas últimas eleições (2016 e 2020) e comparamos com os números da capital do Rio de Janeiro, fazendo também referência à média nacional de participação feminina na política.

Partindo do pressuposto que a participação em cargos eletivos representa também o pleno exercício da cidadania e da própria democracia (SABINO; LIMA, 2015), acreditamos que promover o equilíbrio entre homens e mulheres na ocupação desses cargos é também fortalecer pilares legais fundamentais em nossa sociedade, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Constituição Federal Brasileira (1988). Uma vez que ambas defendem os mesmos direitos para os cidadãos e proíbem a discriminação por gênero, elas dão legitimidade a movimentos sociais ligados aos direitos humanos, como é o caso do feminismo, e fortalecem a luta por equidade de gênero no exercício do poder e outras demandas que permeiam tal questão.

Diante desse cenário, importa-nos mapear a região, a fim de mensurar a desigualdade de gênero nos diferentes municípios e compará-los entre si e com a capital. Esperamos que a partir desses dados possamos dar início a uma investigação das condições (impulsos e obstáculos) que criaram tais cenários. Posteriormente, faremos o mesmo com outras regiões do estado, comparando-as entre si para visualizarmos, de forma mais nítida, os desafios das mulheres na política de todo o estado do Rio de Janeiro. Ainda buscamos confirmar ou refutar a hipótese de que a cota mínima de 30% para candidaturas de cada sexo (Lei Eleitoral 9.504/1997), mesmo quando é cumprida, não se reverte em número de mulheres eleitas nos municípios pesquisados.

---

<sup>13</sup> Utilizamos como parâmetro a divisão estabelecida pelo IBGE para fins de censo e outras estatísticas, na qual o estado do Rio de Janeiro é dividido em seis mesorregiões: Norte, Noroeste, Centro, Baixadas Litorâneas, Sul e Região Metropolitana.

Mapeando a região por meio de números, esperamos vislumbrar o quão distante a Região Norte Fluminense e seus municípios estão da equidade de gênero. Assim, pretendemos também contribuir para o debate sobre os caminhos capazes de mudar essa realidade.

Este artigo ainda leva em conta a perspectiva dos Estudos Culturais, que possibilitou a reorganização do pensamento científico, a partir de formas populares de expressão, resistência, contestação e alternativas à cultura dominante. Fizemos uso desta abordagem por acreditar que o estudo da cultura, integrado ao das realidades sociais nas quais existem e se manifestam, pode nos ajudar a refletir sobre a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria categoria “poder” (ESCOSTEGUY, 2010). Tal abordagem metodológica nos permite ampliar a nossa noção de poder e compreender também o âmbito pessoal como político, trazendo novo entendimento sobre o modo como a articulação sexo/gênero e antagonismos de classe estruturam a sociedade. Contudo, tratando-se de dominação não existe estado “puro”, mas, como qualquer manifestação cultural, é uma prática ambígua, fragmentária, “contaminada” (ESCOSTEGUY, 2010, p.265). Não perder tal noção de vista é o caminho que escolhemos para tentar dar conta da complexidade das questões envolvidas.

## **FEMINISMO, PODER E POLÍTICA**

A palavra poder vem do latim *potere, possuem*. E, em seu sentido etimológico, quer dizer ter posse sobre algo, desempenhar o papel de senhor ou chefe da casa. Não é à toa que a historiadora Michelle Perrot (1988) destaca o poder como um termo polissêmico, associado à dominação masculina e com conotação política. Da vontade de superar a opressão simbólica e material sofrida pelas mulheres surge o movimento feminista, com o projeto de subverter o ponto de vista da dominação. Desse modo, é feito um esforço para dar visibilidade à presença e à ação das mulheres, à plenitude de seus papéis e à existência de seus poderes.

Com a Declaração de Direitos Humanos, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948<sup>14</sup>, a noção de direitos humanos adquire um significado especial (WOLF, 2015), dando impulso ao feminismo, que definimos como “a luta das mulheres contra a dominação, a exclusão e a discriminação do gênero feminino na sociedade” (PORTO; SAJONC, 2017, p.6). A luta pelo direito ao voto, iniciada na Europa do século

---

<sup>14</sup> De acordo com a historiadora Cristina Wolf (2015), a Declaração de Direitos Humanos seria resultado da comoção causada pela divulgação das atrocidades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo contra os judeus, grupos étnicos, religiosos e políticos enviados para campos de concentração.

XIX, marca o início do movimento. Este seguirá no século XX em diversas partes do mundo, reivindicando outros direitos básicos para as mulheres, tais como a participação na vida política (o direito de concorrer a um cargo público), acesso à educação (sobretudo ao ensino superior) e ao mercado de trabalho, além de liberdade reprodutiva, econômica e sexual. As reivindicações feministas recebem novo impulso com a publicação da obra “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949. No livro, a autora aponta as razões históricas e culturais que fundaram a sociedade patriarcal, relegando à mulher uma posição subalterna. É nesse contexto que a luta por direitos humanos entra na pauta feminista, uma vez que em sua universalidade não incluem as mulheres, conforme esclarece Kimberlé Crenshaw (2002):

Embora a Declaração Universal garanta a aplicação dos direitos humanos sem distinção de gênero, no passado, os direitos das mulheres e as circunstâncias específicas em que essas sofrem abusos foram formulados como sendo diferentes da visão clássica de abuso de direitos humanos e, portanto, marginais dentro de um regime que aspirava a uma aplicação universal. Tal universalismo, entretanto, fundamentava-se firmemente nas experiências dos homens. Consequentemente, apesar da garantia formal, a proteção dos direitos humanos das mulheres foi comprometida à medida que suas experiências poderiam ser definidas como diferentes das dos homens. Assim, quando mulheres eram detidas, torturadas ou lhes eram negados outros direitos civis e políticos, de forma semelhante como acontecia com os homens, tais abusos eram obviamente percebidos como violações dos direitos humanos. Porém, quando mulheres, sob custódia, eram estupradas, espancadas no âmbito doméstico ou quando alguma tradição lhes negava acesso à tomada de decisões, suas diferenças em relação aos homens tornavam tais abusos ‘periféricos’ em se tratando das garantias básicas dos direitos humanos (p. 172).

Nas décadas seguintes, são formuladas propostas para o movimento feminista que, posteriormente, se junta a outros movimentos sociais. Já em meados dos anos 70, o feminismo não se funda mais na mera exigência de igualdade entre homens e mulheres, mas no reconhecimento da impossibilidade social de alcançar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). O patriarcado é definido pela pesquisadora Christine Delphy (2009) como uma “formação social em que homens detêm o poder”. Para ela, é quase sinônimo de dominação masculina e opressão, sujeição e subordinação das mulheres ou da condição feminina (p. 173). A partir daí, surgem conceitos de sexo e gênero no qual o primeiro era geralmente associado à natureza e, o segundo, à cultura. Segundo tal ponto de vista, que prevaleceu até meados da década de 80, o sexo se referia às diferenças biológicas entre os corpos femininos e masculinos, enquanto o gênero diria respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres (SAJONC, 2017).

Uma das intelectuais feministas que mais abalou essa concepção, trazendo novas perspectivas para os estudos de gênero, foi a historiadora Joan Scott (1996), que com seu célebre artigo *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* demarcou uma leitura pós-estruturalista a respeito do gênero, explorando seus potenciais analíticos de desconstrução e ressignificação. Para a autora, gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma forma primária de significar as relações de poder” (p. 1067), de tal forma que quando há mudanças sociais, essas relações também se transformam. Scott (1986) não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, mas para ela o que interessa são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas.

A propagação desse tipo de pensamento desmantela o argumento de que as condições em que vivem homens e mulheres são produto de um destino biológico ou natural. Ao contrário, sob este ponto de vista, tais relações são construídas socialmente e se baseiam, antes de tudo, numa hierarquia entre os sexos. Trata-se de uma relação de poder e dominação, que se exprime, sobretudo, por meio da divisão sexual do trabalho, conforme pontua a socióloga francesa Danièle Kergoat: “Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67). Para ela, as relações de dominação entre os gêneros se desdobram no espaço social, público e privado, impondo às mulheres certas práticas sociais que as deixariam em situação desfavorável para alcançar cargos de efetivo exercício de poder - legitimados pela sociedade patriarcal como masculinos.

Para Delphy (2009), essa articulação teria início dentro da própria família, sejam estas mães, esposas, filhas ou irmãs. As práticas sociais impostas estariam relacionadas ao trabalho doméstico e à esfera da reprodução, estabelecendo um acúmulo de funções para as mulheres que exercem atividades profissionais no mercado de trabalho ou na vida pública. Uma vez que, neste caso, a opressão e a exploração se somam, causando impactos na esfera política. Um desses impactos seria a aparente superficialidade e desinteresse das mulheres nas discussões e participação da política local/regional, ocasionada, principalmente, pela carga mental<sup>15</sup>, acúmulo de funções e escassez de tempo.

---

<sup>15</sup> Monique Haicault (1984) traz à tona a dimensão emocional que o trabalho doméstico envolve, o qual pode ocasionar transtornos mentais, dado o seu nível de exigência e dedicação. A presença constante exigida pelas

De acordo com a filósofa Helena Hirata (2009), “o exercício de uma atividade profissional não questiona as relações de dependência [...] vivenciadas pelas mulheres, devido ao fato de que se lhes atribui o trabalho doméstico; isso implica maior rigidez na organização dos usos do tempo” (p. 260). Portanto, para levar adiante seus projetos profissionais - incluímos aqui o ingresso e a permanência na política - as mulheres, de modo geral, experimentam uma necessidade obsessiva de programação do tempo, numa tentativa de responder ao que se espera delas na vida pessoal e profissional.

## A PESQUISA

Conforme já havíamos feito após o pleito de 2016, iniciamos a coleta de dados pós-eleições 2020 nos sites das câmaras municipais e prefeituras da região da Norte Fluminense (NF), a fim de saber o total de cadeiras no Legislativo de cada cidade e, dessas, quantas eram ocupadas por mulheres. Diferente de 2017, quando muitas das câmaras desses municípios ainda não possuíam sites na internet, estavam desatualizados ou não haviam incluído as mudanças ocorridas após o período de eleição - realizada em outubro de 2016 -, em 2021, todas já dispunham de sites próprios e apenas duas não continham a relação atualizada dos parlamentares eleitos em outubro de 2020: Carapebus e Quissamã. Neste caso, usamos como fonte o site do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE - RJ).<sup>16</sup> Notícias em jornais e portais da Internet também foram úteis para confirmar dados e verificar possíveis mudanças na composição dos parlamentos. Devido à disponibilização integral desses dados on-line por meio de portais oficiais - com extensões “.leg.br” e “.gov.br” - e de estarmos em um período de pandemia, no qual o funcionamento presencial foi interrompido em muitas dessas instituições, não foram feitos contatos telefônicos ou via e-mails para a confirmação dos dados. Optamos por cruzar as informações dos sites institucionais (câmaras e prefeituras) e do TRE - RJ, a fim de tornar essa pesquisa mais segura e confiável. Abaixo é possível visualizar o resultado desse trabalho, organizado em forma de ranking de participação feminina. O quadro inclui os dados de cada município, com o número total de cadeiras em cada parlamento, homens e mulheres eleitos e o Índice de Participação Feminina (IPF):

---

atividades cotidianas, demarcadas pela repetição, é um exemplo disso. Esse custo emocional, que se reflete também na dimensão material, é chamado de ‘carga mental’. Para mais informações, vide HAICAULT, Monique. *La gestion ordinaire de la vie em deux*. Paris, Sociologie du Travail, nº 3, 1984.

<sup>16</sup> É possível consultar o resultado das eleições 2020 pelo endereço eletrônico: <<https://resultados.tse.jus.br/oficial/#/eleicao;e=e426;uf=rj;mu=58475/resultados/cargo/13>>.

Quadro 1 – Ranking de participação feminina na região Norte Fluminense (NF)

Cidade	Vagas no parlamento	Homens (2016)	Homens (2020)	Mulheres (2016)	Mulheres (2020)	IPF (2016)	IPF (2020)
Campos dos Goytacazes	25	23	25	02	0	8%	0
Macaé	17	16	16	1	1	5,8%	5,8%
Carapebus* (2x)	9-11	8	9	1	2	11,1%	18,1%
Quissamã* (2x)	9-11	8	9	1	2	11,1%	18,1%
Conceição de Macabu	11	10	10	1	1	9%	9%
Cardoso Moreira* (1x)	9	8	8	1	1	11,1%	11,1%
São Francisco de Itabapoana* (2x)	13	12	12	1	1	7,6%	7,6%
São João da Barra* (2x)	9	8	8	1	1	11,1%	11,1%
São Fidélis	9	9	9	0	0	0	0
<b>Região Norte Fluminense</b>	111-115	102	106	9	9	8,1%	7,8
Rio de Janeiro <sup>17</sup>	51	45	43	6	8	11,7%	15,6%

\*Municípios nos quais mulheres foram eleitas nas últimas eleições.

IPF = Índice de Participação Feminina.

Fonte: PORTO *et al.*, 2021.

Se levarmos em consideração toda a região Norte Fluminense (NF), isto é, os nove municípios pesquisados, a participação das mulheres na política do interior do estado teve uma diminuição de 0,3% no Legislativo e crescimento de 11,1% no Executivo. Em 2017, o IPF nas Câmaras era de 8,1% e, em 2021, foi para 7,8%. Já as prefeituras, tinham 44,4% de mulheres em seu comando em 2017. Quatro anos depois, passaram para 55,5% (2021). Em dois dos municípios analisados, não há sequer uma mulher eleita para o Executivo ou Legislativo. São eles: Campos dos Goytacazes e São Fidélis – sendo que neste último a exclusão feminina se mantém há pelo menos duas eleições consecutivas. Considerando que Campos é o maior município do Norte Fluminense (NF) e concentra 60% de toda a população<sup>18</sup>, podemos constatar que estamos diante de um grande desafio para alcançarmos a equidade de gênero na representação política regional.

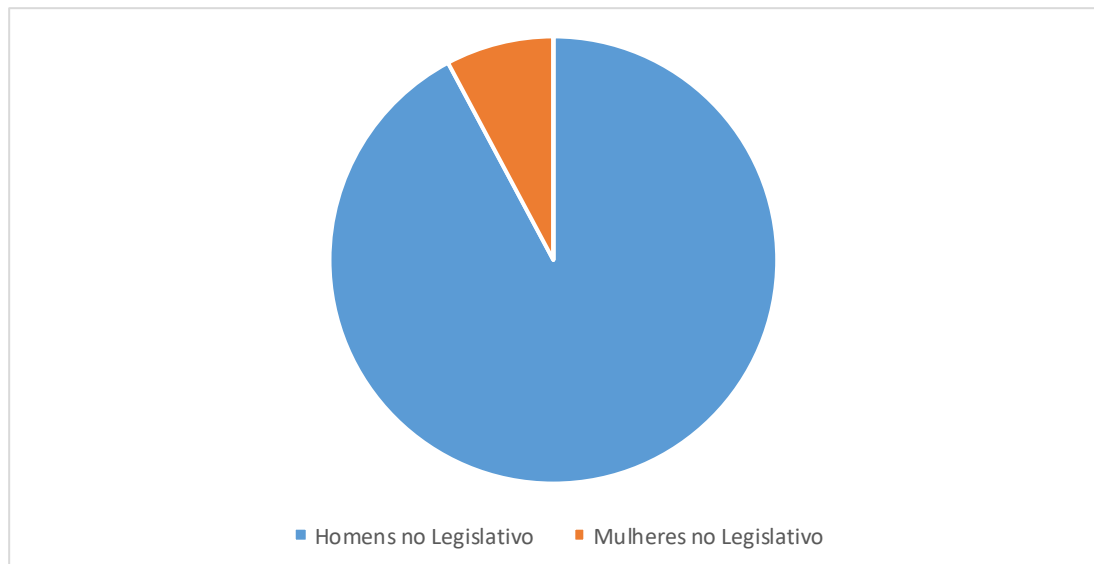
<sup>17</sup> Até 14 de março de 2018, o Rio de Janeiro possuía sete vereadoras. Com a execução da socióloga, feminista e defensora dos direitos humanos, Marielle Franco (PSOL), esse número caiu para seis, alterando o seu IPF de 13,7% para os atuais 11,7%.

<sup>18</sup> Com 750 mil habitantes em uma região com população de 1.275.000 pessoas. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/mesorregiao-do-norte-fluminense.html>>. Acesso em: 24 out. 2021.



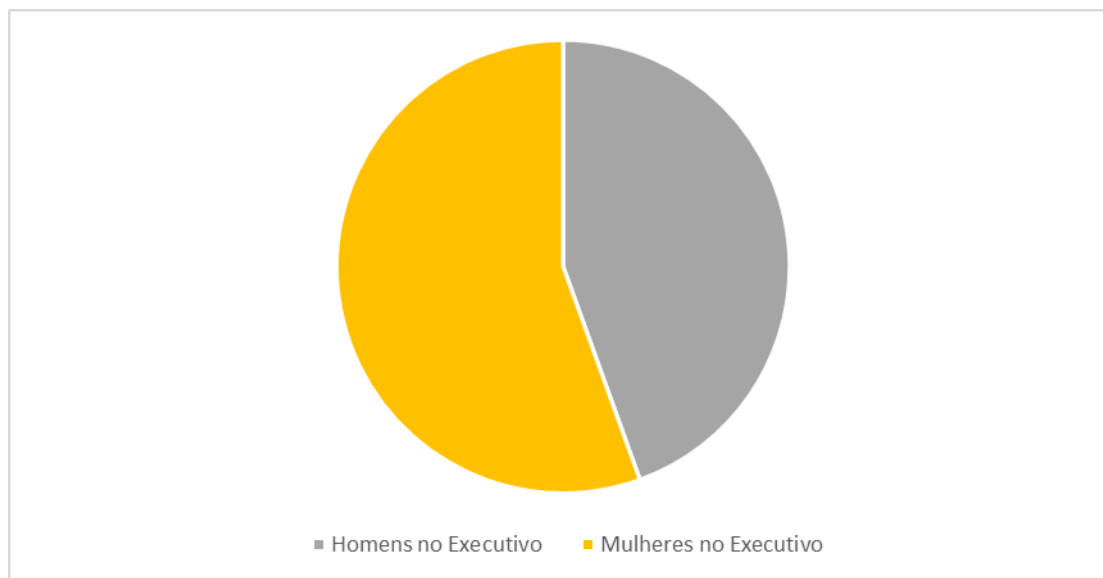
Carapebus e Quissamã são os municípios com maior IPF da região (18,1%). No entanto, nenhum deles atingiu a porcentagem mínima de 30% - conforme recomenda a legislação. As duas cidades, junto de Cardoso Moreira, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana, são as que também elegeram uma mulher como prefeita em 2020. O que pode ser um indício de que talvez a presença feminina no Executivo favoreça o ingresso de mais mulheres no Legislativo e vice-versa. Contudo, para fazer tal afirmação seria necessário ampliar essa investigação, o que pretendemos fazer em uma próxima etapa da pesquisa. Os gráficos 1 e 2 mostram a configuração atual das câmaras e prefeituras no NF, após as eleições de 2020.

Gráfico 1– Composição por gênero nos parlamentos do Norte Fluminense (NF): Proporção de homens e mulheres



Fonte: PORTO *et al.*, 2021.

Gráfico 2 – Ocupação por gênero do cargo de prefeito no Norte Fluminense (NF): Relação de homens e mulheres em prefeituras



Fonte: PORTO *et al.*, 2021.

Quando comparamos os dados das cidades do NF com a capital do estado, percebemos diferenças que precisam ser melhor estudadas para compreendermos adequadamente alguns fenômenos. A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro possuía em 2017 um IPF de 11,7% e, em 2021, está em 15,6%. Embora esteja consideravelmente acima da Região Norte Fluminense (7,8%), permanece abaixo da média nacional, que, segundo o TSE, confere às mulheres 16% do total de cadeiras nas câmaras municipais do país.<sup>19</sup> Já o Executivo na capital mantém 0% de participação feminina, uma vez que o cargo de prefeito é único em cada cidade e atualmente é ocupado por um homem.<sup>20</sup> Isso não quer dizer que a desigualdade de gênero é menor no Executivo. Pelo contrário, se analisarmos a ocupação do cargo nos últimos 50 anos, podemos constatar que nunca houve uma única mulher a ocupar a prefeitura do Rio de Janeiro. Esse índice na Região Norte Fluminense é bem mais alto, alcançando o

<sup>19</sup> Fonte: <<https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/>>. Acesso em: 15 abril 2021.

<sup>20</sup> Dessa forma, há apenas duas alternativas: ter 0 ou 100% de participação de cada gênero. Devido a esse fato, não consideramos prudente examinar esse dado de forma isolada para mensurarmos a equidade de gênero, devido a insuficiência de dados para uma amostragem segura. Neste caso específico, julgamos mais apropriado avaliar os cargos no Executivo ao longo de um período de anos. Por exemplo, desde o fim do Estado da Guanabara, em 1975, nenhuma mulher ocupou o posto de prefeita do Rio de Janeiro. Nesse mesmo período, 13 homens passaram pelo cargo. Acreditamos que tal dado é capaz de demonstrar a falta de representatividade feminina que precisa ser superada.

surpreendente índice de 55,5% de mulheres nas chefias das prefeituras, enquanto, em todo o Brasil, as prefeitas somam apenas 11,8% do total em 658 municípios.<sup>21</sup>

Seis dos nove municípios analisados mantiveram o mesmo IPF nas duas últimas eleições. São eles: Macaé, Conceição de Macabu, São Francisco de Itabapoana, Cardoso Moreira, São João da Barra e São Fidélis. Apenas dois tiveram um crescimento: Carapebus e Quissamã. Contudo, é possível que isso tenha acontecido principalmente em decorrência da ampliação do número de vagas nessas duas câmaras. Campos dos Goytacazes foi o único município que sofreu queda: de 8% para 0, já que a principal cidade do interior do estado não teve sequer uma mulher eleita na última eleição municipal (2020).

Outro elemento adicionado nessa segunda etapa da pesquisa é a identificação racial das mulheres eleitas. Das nove que ocupam cargos no Legislativo, duas se declararam pretas ou pardas, o que equivale a 1,7% do total de vereadores eleitos na região. Das cinco que conquistaram um cargo no Executivo, apenas uma se declarou parda – a prefeita de Cardoso Moreira, Geane Cordeiro - o que corresponde a 11,1% do total de eleitos para chefiar prefeituras no NF. Essas informações são públicas e podem ser verificadas na ficha de candidatura das eleitas, disponível no site do TSE. Se consideramos que 56% da população brasileira é preta ou parda, segundo o IBGE<sup>22</sup>, que 52,6% do total de eleitores no Brasil são mulheres, de acordo com o TSE<sup>23</sup>, e que a população feminina no estado do Rio de Janeiro corresponde a 52,25%, as instituições democráticas brasileiras parecem manter sua representação bem distante de uma proporcionalidade populacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por equidade de gênero na política provém do entendimento de que a dignidade humana, o respeito à vida e o progresso sustentável devem ser metas universais compartilhadas por todos os indivíduos e nações do globo. À medida que os objetivos são conquistados e compartilhados por todos os cidadãos, demonstra o grau de desenvolvimento de uma nação, conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sob este ponto de vista, o ser humano é visto como principal riqueza de um país e deve se desenvolver em âmbito social, econômico e ambiental. Para fazer isso de modo pleno,

<sup>21</sup> Fonte: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/30/52-do-eleitorado-mulheres-sao-eleitas-em-118-municipios.htm>>. Acesso em: 15 abril 2021.

<sup>22</sup> Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2020/08/negros-representam-56-da-populacao-brasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa>>. Acesso em: 16 abril 2021.

<sup>23</sup> Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/10/maioria-do-eleitorado-feminino-ainda-enfrenta-desafios-na-politica>>. Acesso em: 16 abril 2021.

é necessário superar vulnerabilidades, como a de gênero. Não é à toa que a equidade de gênero aparece como quinto objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>24</sup>, pois é entendida como essencial para o desenvolvimento humano. E a ONU não é a única que sustenta esta visão. Um relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), divulgado em 2020, indica que a desigualdade de gênero é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento humano.<sup>25</sup> Nesse sentido, a representação política proporcional à população funcionaria como um mecanismo capaz de incluir as demandas, respeitar os diferentes modos de vida e garantir direitos fundamentais aos cidadãos em sua diversidade.

O principal impacto na vida cotidiana da não representatividade na política é a falta de políticas públicas para determinado segmento da população, essencialmente para as mulheres, o que pode se refletir ainda na omissão do Estado no atendimento das necessidades das crianças e famílias brasileiras, já que gerir a casa e cuidar da família é um papel historicamente desempenhado por mulheres. Podemos citar como exemplo disso, o recente veto do governo Bolsonaro ao projeto de lei que cria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Aprovada pelo Senado, a iniciativa visa garantir a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda, mulheres em situação de extrema vulnerabilidade, presidiárias e mulheres internadas para cumprir medidas socioeducativas.<sup>26</sup> Apesar de explicar o veto pela ausência de fontes de custeio, a decisão governamental revela o descaso com os direitos à dignidade e à saúde de meninas e mulheres, que se prolongam até os dias atuais. Esse cenário de exclusão das demandas femininas nas políticas públicas é considerado uma das graves consequências da pífia representatividade da mulher em cargos eletivos.

A partir da problematização da desigualdade de gênero na representação política do NF, em 2016, buscamos verificar as mudanças ocorridas em 2020. Para isso, recorreremos a uma fundamentação teórica capaz de balizar as reflexões propostas e apresentamos os dados da pesquisa à luz de teorias que apontam para a estrutura opressora e excludente que afastou as mulheres das instâncias de poder em nossa sociedade. Afinal, se os homens dominam

---

<sup>24</sup> Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) é uma agenda mundial adotada em 2015 pela ONU, compostas por 17 objetivos e 169 metas que devem ser alcançadas até 2030. A ideia é propor ações de enfrentamento aos principais entraves ao desenvolvimento humano, como a pobreza, a desigualdade social e a degradação do meio ambiente, garantindo que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Fonte: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 24 out. 2021.

<sup>25</sup> Fonte: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-01/desigualdade-de-genero-impede-desenvolvimento-sustentavel-diz-cepal>>. Acesso em: 24 out. 2021.

<sup>26</sup> Saiba mais em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bolsonaro-sanciona-com-vetos-programa-de-promocao-da-saude-menstrual-e-deputadas-protestam>>. Acesso em: 24 out. 2021.

parlamentos e governos nas três esferas (municipal, estadual e federal) é porque, historicamente, foi imposto às mulheres o trabalho doméstico não remunerado e de cuidados com a família, notadamente com os filhos. Desse modo, a pesquisa nos traz evidências de uma realidade regional opressora, agravada pela interseccionalidade, quando fatores desfavoráveis se somam e tornam as condições e oportunidades ainda mais desiguais para homens e mulheres – é o que acontece, por exemplo, com mulheres negras ou pardas (como evidenciado na pesquisa), com mulheres transexuais e, ainda, com mães de filhos em idade escolar.<sup>27</sup>

Contudo, quando observamos o NF, entrevemos mais do que fatores diretos que moldam uma realidade opressora. Percebemos elementos que, embora se proponham a atenuar a desigualdade, podem na verdade, estar reforçando-a. Por isso é preciso um exame minucioso sobre alguns aspectos como, por exemplo, o surpreendente IPF em cargos eletivos no Executivo. O que a princípio seria um grande avanço com relação à equidade de gênero, pode na verdade se revelar um retrocesso. Em uma breve pesquisa sobre o histórico das prefeitas do NF, encontramos indícios de que pelo menos três das cinco eleitas possam ser herdeiras políticas de homens que as antecederam na vida pública.<sup>28</sup> Se pudermos confirmar tais hipóteses, em uma próxima etapa desta pesquisa, é possível que a realidade de representação feminina na política seja ainda mais crítica e desigual do que imaginávamos. Se houver cargos ocupados por mulheres que encobrem a realidade de uma representação masculina, na qual mulheres foram eleitas como sucessoras políticas e/ou têm seus mandatos comandados por um homem, que as usam para se perpetuarem no poder, a opressão se mantém de forma ainda mais perversa, impedindo o protagonismo feminino e reforçando os alicerces da sociedade que se funda na dominação masculina.

---

<sup>27</sup> A condição de ser mulher, que já implica em posição desfavorável com relação ao homem no mercado de trabalho e atuação política, é agravada quando esta é preta ou parda e fica ainda mais desigual quando essa mulher também é mãe de filhos em idade escolar. Para mais informações sobre fatores que incidem sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, acesse e leia: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 24 out. 2021.

<sup>28</sup> O marido de Christiane Cordeiro (PP), Eduardo Nunes Cordeiro, foi o primeiro prefeito eleito de Carapebus, após a emancipação político-administrativa, decretada pela Lei Estadual nº 2.417, de 19 de julho de 1995. Eduardo assumiu o cargo em 1º de janeiro de 1997. Já a prefeita de São João da Barra, Carla Maria Machado dos Santos (PP), está no seu quarto mandato. Sua carreira na administração começou quando ela tinha apenas 18 anos, em 1983. De 1989 a 1992 foi Secretária Municipal de Educação na gestão de Dodozinho Mendonça, figura política renomada na cidade. Era chamado pelos políticos locais de “desbravador do 5º Distrito”. Recebeu em 2014, antes de falecer, o título de Barão de Barcelos, a mais alta comenda conferida a personalidades do município. Dodozinho foi vice-prefeito de Carla em dois mandatos de 2005 a 2012. Por fim, a prefeita de São Francisco do Itabapoana, Francimara Azeredo da Silva Barbosa Lemos (Solidariedade), está em seu segundo mandato. Seu marido, Frederico de Souza Barbosa Lemos, também já foi eleito prefeito do município em 2012. Porém, cassado ainda em 31 de dezembro de 2012.

Outra informação relevante é que a prefeita de Carapebus, Christiane Miranda Cordeiro (PP), foi cassada em 08 de agosto de 2021. Uma eleição suplementar está prevista para 07 de novembro do mesmo ano. É muito provável que o resultado desse pleito incida sobre os dados desta pesquisa, achatando ainda mais o IPF da região que, de modo geral, diminuiu de 2016 para 2020. Se cada vez mais pessoas, mulheres e entidades despertam para os problemas gerados pela desigualdade de gênero, se legislações são criadas para garantir o direito das mulheres e ações são propostas para mudar essa realidade<sup>29</sup>, assim como a fiscalização da Justiça e da própria sociedade se recrudescem<sup>30</sup>, é de se esperar que haja um crescimento, ainda que tímido, da participação feminina na vida pública. Em contrapartida, o que observamos é o contrário: a diminuição de mulheres no quadro geral. Algumas hipóteses podem explicar tal fenômeno, dentre elas, talvez a mais factível seja a onda de políticos conservadores eleitos ao redor do mundo, a partir de 2016. Essa conjuntura traz à tona outra problemática, que é a eleição de mulheres que não representam os ideais feministas, não defendem a emancipação feminina e não trabalham por políticas públicas que as incluam. Algumas dessas mulheres buscam a manutenção da sociedade exatamente como foi fundada, sob a égide do patriarcado. Esse cenário abre caminho para outra investigação, a de quantas das mulheres eleitas representam de fato as aspirações do eleitorado feminino e buscam atender às demandas que as congregam.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOUR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 4 ed., 1970.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Ano 10: 1/2002 – pp. 171 – 188.
- DELPHY, C. **Patriarcado (teorias do)**. In: HIRATA, H. *et al.* Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo, Editora Unesp.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os estudos culturais**. In: HOHLFELDT, Antonio; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Movimentos feministas**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. Dicionário crítico do feminismo São Paulo: Unesp, 2009.

<sup>29</sup> Podemos citar como exemplo de ação para mudar a realidade de desigualdade entre os gêneros, a iniciativa da ONU *Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero*, lançada em apoio à Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015. O propósito é promover ações para fortalecer os direitos conquistados pelas mulheres e incentivar a participação feminina nas tomadas de decisões. Fonte: <<https://www.onumulheres.org.br/planeta5050/>>. Acesso em: 24 out. 2021.

<sup>30</sup> Fonte: <<https://prensadebabel.com.br/justica-de-macae-comeca-a-se-movimentar-sobre-candidaturas-ficticias-de-mulheres-nas-eleicoes-2020/>>. Acesso em: 24 out. 2021.

- HAICAULT, Monique. (1984), “*La gestion ordinaire de la vie en deux* . Sociologie du Travail, Elsevier Masson”, 26, Travail des femmes et famille (3), p.268-277.
- HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.
- KERGOAT, D. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: HIRATA, Helena (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.
- MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **Igualdade de gênero no exercício do poder**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2015, vol.23, n.3, pp.713-734. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p713>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- SAJONC, Raquel C. **Redes e equidade de gênero: um estudo qualitativo exploratório de duas experiências capitaneadas por mulheres executivas**. Dissertação (Mestrado em Administração). FEI: 131 p., 2017.
- SCOTT, Joan W. **Gender a useful category of historical analysis**. In *Coming to Terms; Feminism, Theory, Politics*, Edited by: Weed, Elizabeth. New York: Routledge. 1989.
- PERROT, Michelle. **As mulheres, o poder, a história**. In: \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- PORTO, A. C. S; SAJONC, Raquel; BENITES, Marcello. **Representação política da mulher em 2019 e os desafios da equidade de gênero**. In: *Revista de Comunicação Dialógica*. Rio de Janeiro: UERJ, n.2, jul-dez 2019. Disponível em: [https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/49930/33137/](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/49930/33137)
- PORTO, A. C. S; SAJONC, Raquel. **Representação da mulher em Game of Thrones e a percepção das questões de gênero**. In: X Simpósio Nacional da Abciber. São Paulo: USP, 14-16 dez. 2017.
- WOLF, Cristina Scheibe. **Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência**. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, set-dez 2015. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan-abr 2016.